

10 JUN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Eleição sem empresa abre brecha para facções, diz Mendes

Para vice do TSE e ministro do Supremo, se doação de pessoas jurídicas for barrada, crime organizado vai se infiltrar nos partidos

Fausto Macedo

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, disse ontem ver “risco de o crime organizado se infiltrar nas estruturas partidárias”, caso a Corte aprove o fim das doações de empresas às campanhas eleitorais. A maioria dos integrantes do STF votou pelo veto a esse tipo de contribuição, mas o julgamento foi interrompido por um pedido de vista do próprio Mendes, que também é vice-presidente Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Após participar de evento em São Paulo sobre guerra fiscal, o ministro falou sem citar nomes sobre “episódios recentes” da política paulista que remetem ao Primeiro Comando da Capital (PCC), principal organização criminosa que atua dentro e fora dos presídios do Estado.

“A Justiça eleitoral e todo o sistema institucional devem dar toda a atenção e rigor na apuração sobre episódios recentes que mostram a integração do PCC na estrutura de partidos. É o crime organizado se enraizando na estrutura partidária, isso é muito perigoso”, afirmou Mendes. “Se isso ganha dimensões maiores, estaremos diante de um quadro muito preocupante.”

Capítulo recente da crônica policial mostra que, no dia 17 de março, o deputado estadual Luiz Moura (PT) participou de reunião com um grupo sob suspeita de integrar o PCC na garagem de uma cooperativa de ônibus na zona leste da capital. O

caso foi divulgado em primeira mão, na TV, por um subsecretário do governo Geraldo Alckmin (PSDB).

Na ocorrência, a Polícia Civil deteve 42 suspeitos, um deles condenado por assaltos a bancos. Moura alegou que foi ao encontro para discutir melhorias no transporte público. Na semana passada, ele foi suspenso pelo PT por 60 dias. A medida o alija da disputa pela reeleição.

Moura foi condenado nos anos 1990 por roubo a mão armada no interior do Paraná e de Santa Catarina. Ele pegou 12 anos de prisão, cumpriu um ano e meio e fugiu. Depois, reabilitou-se tecnicamente, pelos critérios da Justiça. Em 2010 elegeu-se deputado estadual pelo PT paulista. Ele declarou patrimônio de R\$ 5,1 milhões.

Recursos ilícitos. Para Mendes, o fim das doações feitas por empresas aos partidos e campanhas políticas aumentaria os riscos de infiltração do crime organizado nas legendas. Isso porque, para o vice-presidente do TSE, a restrição abriria caminho “para financiamentos individuais, legitimando recursos ilícitos para campanhas eleitorais”.

Hoje, a maior fatia das receitas obtidas pelos partidos e por candidatos vem das empresas. Defensores da proibição dessas contribuições alegam que a Constituição não considera as pessoas jurídicas agentes políticos e, por isso, só cidadãos poderiam fazer doações partidárias.

Críticos da medida apontam para o risco de aumento de caixa 2 nas campanhas.

“Eu quero alertar que tudo indica, a partir da realidade de São Paulo, que, de alguma forma, vamos estar admitindo o crime organizado na política. Devemos estar muito atentos quanto ao aprofundamento dessas investigações”, afirmou o ministro. “Estamos discutindo a cultura política do País na questão dos financiamentos, mas em torno de referências e balizas meramente formais. Ao proibir doações de companhias e grupos empresariais estruturados, existentes, declarados perante os órgãos públicos, o País abre caminho para práticas informais, inclusive do crime organizado, como mostra a própria realidade vivida em São Paulo. É caminho perigoso.”

● Avaliação

“Ao proibir doações de companhias e grupos empresariais (...), o País está abrindo caminho para práticas informais, inclusive do crime organizado como mostra a própria realidade vivida em São Paulo. É um caminho perigoso”

“A Justiça eleitoral deve dar toda a atenção e rigor na apuração sobre episódios recentes que mostram a integração do PCC na estrutura de partidos”

Gilmar Mendes

MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CONTINUA

10 JUN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PARALEMBRAR

Majoria do STF vetou doações

No início de abril, ao julgar ação movida pela OAB, a maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal votou pela proibição de doações de empresas a campanhas eleitorais e partidos políticos. Seis integrantes da Corte foram favoráveis ao veto e um foi contra. O julgamento foi interrompido após o ministro Gilmar Mendes pedir vista do processo. Ele criticou a proibição, mas disse que precisava analisar melhor o assunto.

10 JUN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Dilma sanciona cotas para servidores

Lei reserva 20% das vagas na administração federal para negros; regra terá vigência de 10 anos e vale também em empresas públicas

Rafael Moraes Moura
Tânia Monteiro | BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem projeto de lei que reserva a negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos da administração federal. A lei entra em vigor na data de publicação, o que deve ocorrer hoje no *Diário Oficial da União*.

As reservas de vagas terão vigência pelos próximos dez anos e valem para cargos da administração pública federal, autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União. As cotas não se aplicarão a concursos cujos editais já tenham sido publicados.

De autoria do Executivo, o projeto sancionado por Dilma também prevê que, em caso de "declaração falsa", o candidato será eliminado do concurso e, se já tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão após procedimento administrativo "em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa".

Poderão concorrer às vagas reservadas a negros aqueles que se declararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme definição de cor e raça utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Vocês não tenham nenhum temor à possibilidade de que se crie algum tipo de instância que pejorativamente tem sido chamada de 'tribunal racial'. Nós vamos obviamente ter de produzir um documento que fale sobre a interpretação requerida

para essa lei, porque é uma lei para ser aplicada por várias instituições, ministérios", disse a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros. "Temos de ter a certeza de que a intenção do legislador deverá ser efetivamente preservada."

De acordo com a ministra, o governo não teme a má aplicação da legislação. "Quero acreditar que o Congresso Nacional aprovou esse projeto porque a sociedade brasileira está madura para entender a sua dimensão e principalmente a sua intenção de superar desigualdades raciais", disse.

"Nós temos, em relação às universidades, alguns casos no Brasil de denúncias de declaração falsa da identidade racial. O que temos agora é de consultar os Ministérios Públicos, coletar estratégias que estão sendo utilizadas, para que essa experiência seja aproveitada no governo federal", afirmou Luiza.

Segundo levantamento de 2012 da Secretaria-Geral da Presidência da República, 34% dos servidores da Presidência se declaram negros ou pardos, proporção inferior aos da população em geral (51,3%), conforme o Censo.

Oportunidade. A presidente agradeceu ao Congresso pela rapidez da tramitação da lei. "A lei assegura que o mérito continue a ser condição necessária para o ingresso no serviço público federal", disse. "Os candidatos negros deverão ser aprovados segundo os critérios definidos em edital, alcançando a pontuação estabelecida e outros requisitos. Tal sistema altera apenas a

ordem de classificação, privilegiando os candidatos negros."

Dilma aproveitou a cerimônia de sanção para destacar que o combate ao racismo será uma das bandeiras da Copa.

PRINCIPAIS PONTOS

- A lei se aplicará no âmbito da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.
- A medida valerá pelos próximos dez anos, a partir da publicação do texto no *Diário Oficial da União*, o que deve ocorrer hoje.
- A legislação prevê ainda que, em caso de "constatação de declaração falsa", o candidato será eliminado do concurso.

10 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça no Bairro regionalizado

Apucarana – O programa Justiça do Bairro, considerado um mutirão de cidadania, será realizado em agosto em Apucarana (Centro-Norte) de forma regionalizada, abrangendo também as comarcas de Marilândia do Sul e Jandaia do Sul. O assunto foi discutido no fim de semana pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Paraná, Joeci Camargo (idealizadora do projeto), e pelo prefeito Beto Preto. A expectativa da organização é de realizar cerca de 15 mil atendimentos. Entre os serviços ofertados estão confecção de documentos e atendimento jurídico (como divórcio e pensão alimentícia)

10 JUN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Comissionados de Kireeff vão devolver salário

Loriane Comeli
Reportagem Local

O vice-prefeito de Londrina, Guto Bellusci, o secretário de Governo, Paulo Arcoverde, o assessor executivo que atua no gabinete do prefeito José Carlos Bruno de Oliveira e o ex-assessor Gustavo Lessa Neto vão devolver valores recebidos por ocuparem cargos nos conselhos de Administração e Fiscal da Sercomtel. Eles atenderam recomendação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina, expedida na semana passada, que ameaçava ingressar com ação de improbidade administrativa por acúmulo indevido de cargos.

A resposta foi encaminhada ontem ao Ministério Público (MP) e os valores devem ser devolvidos diretamente à telefônica. Nas contas do MP, os quatro devem aos cofres da Sercomtel R\$ 84,3 mil, sendo o maior valor o cobrado de Guto, que acumulou as duas funções praticamente desde o início do governo Kireeff: R\$ 41,3 mil. Existe a possibilidade de parcelamento dos valores.

O entendimento do MP é de que o acúmulo de cargos públicos com salários é ilegal. O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná também se posicionou desta forma em recente decisão sobre o caso de servidora da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) que ocupava cargo de assessora da prefeitura e presidia o Conselho de Administração da Sercomtel.

Lessa, que permanece no Conselho Fiscal, disse que independentemente de outras interpretações jurídicas, o grupo entendeu que devolver os recursos “é a postura moralmente mais correta e mais prudente”. Bruno foi na mesma linha: “Não estamos aqui para ter vantagem. Se este é o entendimento jurídico, vamos devolver”. Arcoverde e Guto não foram localizados ontem.

Para o promotor de Justiça Renato de Lima Castro, a decisão pelo afastamento dos cargos e, agora, pela devolução dos recursos “demonstra boa fé”. “Vamos requisitar ao Conselho do Ministério Público o arquivamento do procedimento.”

Lei cria cotas para concursos

Brasília – A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem projeto de lei que reserva a negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos da administração pública federal. A lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, o que deve ocorrer na edição de hoje do Diário Oficial da União.

As reservas de vagas terão vigência pelos próximos dez anos e valem para cargos da administração pública federal, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União. As cotas não se aplicarão a concursos cujos editais já tenham sido publicados antes da entrada em vigor da nova legislação.

“A sanção de lei de cotas no serviço público federal é mais uma oportunidade de mostrarmos ao mundo o orgulho e respeito que temos pela diversidade da nossa nação, da celebração da diversidade racial de nosso País”, afirmou Dilma, destacando que a iniciativa deve servir de “exemplo” para outros Poderes, entes federais e empresas privadas.

10 JUN 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS
Políticas

Paralisação no Judiciário 1

Cerca de 70% dos servidores da primeira instância do Judiciário paranaense estiveram paralisados na tarde de ontem segundo o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus-PR). Além do aumento salarial de 22%, a categoria pede isonomia nas condições de trabalho entre os funcionários do Tribunal de Justiça (TJ).

Paralisação no Judiciário 2

Em assembleia, os funcionários decidiram manter o movimento mobilizado, porém sem deflagração de greve. A decisão foi tomada visto que vários servidores não conseguiram chegar à capital por razão das chuvas do fim de semana. Uma nova rodada de negociações com o TJ está marcada para o dia 16 de julho. Os servidores agendaram uma nova assembleia para o dia 18 de julho.

10 JUN 2014

GAZETA DO POVO

Justiça suspende a sessão que iria definir futuro do HC

Liminar pôs fim à reunião em que 46 membros do Conselho Universitário decidiriam sobre a gestão compartilhada do hospital com a Ebserh

Diego Antonelli

Uma liminar expedida pela 5.ª Vara da Justiça Federal da subseção de Curitiba suspendeu a sessão do Conselho Universitário (Coun) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que analisaria a proposta de gestão compartilhada do Hospital de Clínicas (HC) com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O documento foi entregue pelo oficial de Justiça duas horas após o início da reunião. A votação da proposta ainda não havia começado.

Na decisão, a Justiça considerou a sessão ilegal por não ter havido comunicação com pelo menos 48 horas de antecedência sobre o local em que o evento seria realizado, como determina o regimento do Conselho. O pedi-

do foi realizado por um dos conselheiros, representante dos estudantes de pós-graduação da UFPR, e também pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público (Sinditest).

A sessão estava acontecendo no salão nobre dos Correios, no bairro Rebouças, em Curitiba. "A gente estava com 46 conselheiros e por uma tecnalidade não pudemos avançar na discussão", afirma o reitor da universidade, Zaki Akel Sobrinho. Segundo ele, não houve a comunicação do local 48 horas antes para tentar evitar o que ocorreu na semana passada. "Queríamos que o Conselho se reunisse com tranquilidade para deliberar esse tema e queríamos evitar piquetes nas entradas. Os conselheiros têm o direito de participar das reuniões do Conselho", afirma. O Conselho possui 63 membros e o quórum mínimo para deliberar qualquer assunto precisa ser de 32.

Na semana passada, a reunião foi cancelada duas vezes no mesmo dia porque manifestantes contrários impediam a entrada de conselheiros nos locais de votação — pela manhã na Reitoria e à tarde na Procuradoria da República. "Escolhemos os Correios para evitar qualquer tumulto, mas a liminar impediu deliberarmos o

assunto", afirma Akel. Não há nova data para a votação da adesão ou não à Ebserh.

Manifestação

Cerca de 200 pessoas realizaram uma manifestação ontem à tarde contra a sessão que poderia definir a adesão do HC à Ebserh. Os manifestantes bloquearam as cerca de dez entradas do prédio dos Correios e só liberaram as entradas de funcionários. Após o resultado da liminar, o grupo comemorou e seguiu em quatro ônibus fretados para o prédio da Reitoria da UFPR.

Segundo a presidente do Sinditest, Carla Cobalchini, o reitor não poderia ter comunicado com tão pouca antecedência sobre o local da reunião. "A liminar da Justiça foi o recado para o reitor. Fizeram em um espaço que não é da universidade sem que outras entidades pudessem participar. Teve conselheiro que ficou sabendo do local da reunião 20 minutos antes", ressalta.

Segundo ela, é necessário que a universidade discuta o assunto no ambiente acadêmico. "Queremos que sejam realizadas audiências públicas e um plebiscito", afirma.

CONTINUA

10 JUN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

FUNPAR

A ação civil pública que determina a demissão dos 916 funcionários da Fundação da Universidade Federal do Paraná (Funpar) que atuam no Hospital de Clínicas foi retomada na semana passada, após decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT). O receio do Sinditest é de que, com a adesão do hospital à Ebserh, esses trabalhadores sejam demitidos. "Essa ação já tramita há quase 12 anos. Não tem como eles mandarem essas pessoas embora sem uma forma de reposição. Caso contrário, o hospital praticamente fecha", afirma a presidente do sindicato, Carla Cobalchini. O Sinditest irá solicitar à Justiça a suspensão da ação civil pública por sete anos e que a UFPR considere uma cláusula de aposentadoria que impeça, após os sete anos, que funcionários prestes a se aposentar sejam demitidos.

BLOQUEIO

Conselheiros tiveram de entrar escoltados no local da reunião

Nove conselheiros entraram escoltados pela Polícia Militar no prédio dos Correios, onde ocorria a reunião que discutia a adesão do Hospital de Clínicas à Ebserh. Dois carros da Rotam e um ônibus da PM entraram no estabelecimento por uma das entradas da Rua Conselheiro Laurindo por volta das 15 h. Alguns policiais chegaram a empurrar os manifestantes para que os veículos pudessem passar pelo piquete em frente do portão. Dentro do ônibus estava o número de conselheiros, que segundo o Sinditest, faltava para dar o quórum necessário a fim de iniciar a sessão. O reitor Zaki Akel Sobrinho afirma que já existia número suficiente para o encontro. "Os conselheiros estavam sendo impedidos de entrar. Isso é antidemocrático. Eles tiveram de entrar escoltados", diz Akel. A presidente do Sinditest, Carla Cobalchini, que estava na reunião, apresenta outra versão. Segundo ela, não havia quórum. "A reunião só começou depois que esse ônibus trouxe diversos conselheiros para dentro do espaço. Para isso, fizeram uso da força", afirma.

O ato, organizado pelo Sinditest, começou no início da tarde de ontem e impediu o tráfego nas ruas paralelas ao prédio dos Correios (Conselheiro Laurindo e João Negrão) entre dois pontos: da Avenida Silva Jardim à Avenida Presidente Getúlio Vargas. Para fechar as vias, manifestantes botaram fogo em pneus. As polícias Militar (PM) e Federal (PF) acompanharam o protesto e fiscais da Secretaria Municipal de Trânsito (Setran) orientaram o tráfego, que ficou complicado na região durante a tarde. As ruas Rockfeller e João Negrão e a Avenida Silva Jardim foram as mais afetadas pelo protesto.

10 JUN 2014

GAZETA DO POVO

Dilma sanciona lei de cotas no funcionalismo, mas defende o mérito

Legislação reserva a negros e pardos 20% das vagas de concursos públicos federais do Executivo. Norma entra em vigor hoje

! Ao sancionar ontem a lei que institui reserva de vagas para negros e pardos no serviço público federal, a presidente Dilma Rousseff afirmou que o sistema de acesso por concurso “assegura o mérito” e vai “fechar o fosso secular de direitos” na sociedade brasileira. Ela sancionou, em cerimônia reservada no Palácio do Planalto, a lei que institui um mínimo de 20% das vagas a negros e pardos nos concursos públicos do governo federal.

“O sistema que está sendo implantado com essa lei assegura que o mérito continua sendo condição necessária para o ingresso no serviço público federal. Os candidatos negros deverão ser aprovados segundo os critérios definidos em edital, alcançando a pontuação estabelecida em outros re-

“O sistema que está sendo implantado com essa lei assegura que o mérito continua sendo condição necessária para o ingresso no serviço público federal.”

Dilma Rousseff, presidente da República.

quisitos. Tal sistema alterna apenas a ordem de classificação, privilegiando os candidatos negros”, disse a presidente.

A norma começa a valer hoje, após publicação no Diário Oficial da União. Dilma disse esperar que a medida sirva de exemplo para a adoção de normas similares nos demais poderes, entes federados e na iniciativa privada, segundo informações da Agência Brasil.

Universidades

Dilma fez ainda referência à lei de cotas nas universidades, cuja avaliação no governo, segundo ela, é positiva. Para a presidente, ambas as legislações contribuirão no combate ao racismo no país.

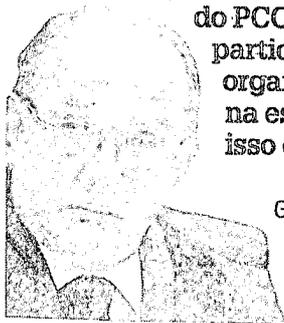
“Essa é a segunda lei que tenho a honra de promulgar com ações afirmativas, para fechar o fosso secular de direitos e oportunidades engendrados pela escravidão e continuados pelo racismo, ainda existente entre negros e brancos, em nosso país”, completou a presidente.

1 0 JUN 2014

GAZETA DO POVO

PRINCIPAL

“A Justiça eleitoral e todo o sistema institucional devem dar toda a atenção e rigor na apuração sobre episódios recentes que mostram a integração do PCC na estrutura de partidos. É o crime organizado se enraizando na estrutura partidária, isso é muito perigoso.”



Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

10 JUN 2014

GAZETA DO POVO

MP-SP inclui mais 4 executivos de multinacional na denúncia de cartel

Diretores da empresa espanhola CAF são acusados pelo Ministério Público de fraudar licitação de trens metropolitanos de São Paulo

O Ministério Público Estadual de São Paulo (MP-SP) incluiu mais quatro executivos da multinacional espanhola CAF na acusação contra o cartel que atuou na reforma de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), no período de 2001 a 2013, em sucessivos governos do PSDB. Eles são acusados de formação de cartel e fraude em licitação para reforma de trens. Três dos executivos são brasileiros e um é espanhol. O estrangeiro não vive mais no Brasil.

A denúncia inicial havia sido apresentada em março à Justiça e tinha como alvo 30 executivos de multinacionais como a alemã Siemens, a francesa Alstom e a canadense Bombardier. Só um executivo da CAF aparecia na acusação de março. O MP informou, em março, que houve fraude em 11 contratos no valor de R\$ 2,8 bilhões. Na

denúncia inicial, o promotor estima que o cartel provocou um prejuízo de R\$ 834 milhões ao governo paulista.

A inclusão dos quatro executivos foi feita a partir de documentos apreendidos, na sede da CAF, em São Paulo, em junho do ano passado, numa operação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do governo federal de defesa da concorrência. A busca foi feita após acordo da Siemens com o Cade, no qual a multinacional alemã delatou que ela e outras empresas combinavam preços em concorrências do Metrô e da CPTM, entre outras licitações. A Siemens acusou a si mesma e a outras empresas para escapar de eventuais punições por formação de cartel.

Os quatro executivos da CAF não haviam sido incluídos na denúncia original porque o MP-SP estava analisando os documentos apreendidos e ouvindo as alegações dos suspeitos. "Pela documentação ficou muito evidente que os quatro executivos participaram ativamente do cartel. Eles trocavam planilhas com outras empresas, para acertar os preços que iriam ofertar na licitação", disse o promotor Marcelo Mendroni.

Outro lado

Procurada pela reportagem, a CAF não se pronunciou até o fechamento da edição. A CPTM informou que está colaborando com a investigação em todos os níveis e afirma ter interesse na apuração dos fatos.

R\$ 834
MILHÕES

foi o prejuízo que a estatal paulista CPTM teve com o cartel dos trens, segundo denúncia do Ministério Público. Onze contratos no valor total de R\$ 2,8 bilhões teriam sido fraudados pelas multinacionais.

10 JUN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal bloqueia R\$ 51 mi em bens de envolvidos no uso de verbas destinadas ao Hospital do Câncer

O juiz federal Ricardo Damasceno de Almeida, da 1ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande, deferiu sexta-feira (30/5) liminar decretando a indisponibilidade e sequestro de bens dos envolvidos na Operação “Sangue frio”, que dentre outros fins, investiga irregularidades na aplicação de verbas públicas originárias do SUS destinadas à administração do Hospital do Câncer.

A ação cautelar (nº 00145722720134036000) proposta pelos Ministérios

Públicos Estadual e Federal refere-se a possíveis atos de improbidade administrativa, onde foi deferido o bloqueio de valores depositados em conta dos réus, bem como foi decretada a indisponibilidade de veículos, imóveis e outros bens, até o limite de R\$ 51.381.369,79 (cinquenta e um milhões, trezentos e oitenta e um mil, trezentos e sessenta e nove reais e setenta e nove centavos), para os réus Adalberto Abrão Siufi, Betina Moraes Siufi Hilgert, Issamir Farias Saffar e Blener Zan.

Músico não precisa de inscrição em órgão de classe para exercer a profissão

A Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) decidiu, por unanimidade, que a profissão de músico não exige inscrição na Ordem dos Músicos do Brasil (OMB) nem o pagamento de taxas ou mensalidades por ser a música uma das formas de manifestação da arte, devendo ser livre a sua expressão.

Segundo Lei nº 3.857/60, que criou a Ordem dos Músicos do Brasil, seria necessário o registro na autarquia para poder exercer a profissão. Porém, segundo a relatora do acórdão, desembargadora federal

Marli Ferreira, essa exigência não foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, por ser incompatível com a liberdade de expressão artística e de exercício profissional, asseguradas no artigo 5º, incisos IX e XIII.

A decisão manteve liminar concedida pela 1ª Vara de São José do Rio Preto em um mandado de segurança impetrado por um músico que teria apresentações programadas no Sesc Taubaté, Catanduva, Birigui e São José do Rio Preto, mas que a Ordem dos Músicos o estaria impedindo de se apresentar.

Líderes na Câmara fazem acordo para votar PEC que cria filtro para recurso especial

O Diário da Câmara dos Deputados da última sexta-feira (6) traz a publicação do parecer da comissão especial que aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 209/12. A proposta estabelece o critério de relevância para admissão de recurso especial no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e valor de alçada, além de criar a súmula impeditiva de recurso, mediante a alteração do artigo 105 da Constituição Federal.

Cientes do grande volume de processos em tramitação no Judiciário – cerca de 90 milhões de ações, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) –, os parlamentares da comissão especial compreenderam a necessidade da mudança, fundamental para celeridade da Justiça.

“Sem dúvida, a demonstração da relevância das questões de direito federal infraconstitucional como

requisito para a admissibilidade do recurso especial pelo STJ em muito contribuirá para a redução dos processos, a exemplo do que ocorreu quando se instituiu a exigência de se demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais para a admissão dos recursos extraordinários no Supremo Tribunal Federal”, afirmou o deputado Sandro Mabel, relator da PEC na comissão especial.

Segundo Mabel, já há um acordo de líderes para colocar o projeto em votação no plenário da Câmara. Após os jogos da Copa do Mundo, a data deverá ser definida. Como se trata de proposta de emenda à Constituição, a votação em plenário corre em dois turnos, sendo necessários os votos de três quintos do total de deputados em cada turno, para então a proposta seguir ao Senado, onde tem a mesma regra de votação.

Família de menor infrator recebe auxílio-reclusão e pensão 11 anos após sua morte

A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) confirmou, em julgamento nesta semana, sentença que concede auxílio-reclusão a filhos e companheira de um menor ex-interno da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Sul – Fase – relativa ao período em que ficou recluso, com posterior conversão em pensão por morte.

O menor cumpriu medida socioeducativa de 19/07/1996 a 03/10/1996 e de 14/08/1997 a 01/02/1998. Ele faleceu em abril de 1998. A mãe de seus dois filhos ajuizou ação na Justiça Federal de Porto Alegre após ter o pedido de concessão dos benefícios negado

administrativamente pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

A Justiça Federal de Porto Alegre considerou procedente a ação, levando o INSS a recorrer no tribunal pedindo a reforma da sentença. O instituto alega que o auxílio-reclusão foi indeferido porque pedido em data posterior à libertação do menor, em junho de 2009. Sustenta ainda que este teria ficado foragido por nove meses e perdido o direito ao benefício. Quanto à pensão por morte, argumenta que a autora não conseguiu comprovar que ela e o filho mais moço dependiam do falecido, visto que a certidão de nascimento deste não possuía o nome do pai.

10 JUN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Liminar cancela reunião do Conselho da UFPR

A reunião do Conselho Universitário (Coun) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que deliberaria sobre a proposta de gestão compartilhada do Hospital de Clínicas (HC) e da Maternidade Victor Ferreira do Amaral com a Empresa Brasileira de Recursos Hospitalares (Ebserh) foi cancelada na tarde desta segunda-feira. Uma decisão liminar da Justiça cancelou a reunião por volta das 16h20.

De acordo com a UFPR, a reunião foi interrompida duas horas após o início, porém, antes do início da votação da proposta. Segundo a juíza, a sessão do Coun foi considerada ilegal porque o local do encontro não foi avisado com 48 horas de antecedência, a pedido de um dos conselheiros. De acordo com a UFPR, o pedido partiu do representante dos estudantes de pós-graduação da UFPR no Coun.

10 JUN 2014

METRO

Liminar da Justiça cancela reunião sobre adesão à Ebserh

Saúde. Juíza argumentou que UFPR não informou com antecedência o local do encontro do Conselho Universitário. Futuro do Hospital de Clínicas não tem nova data para ser decidido

A Justiça Federal expediu liminar e cancelou ontem a reunião do Conselho Universitário da UFPR (Universidade Federal do Paraná) que deliberaria sobre a adesão ou não do HC (Hospital de Clínicas) à Ebserh, empresa criada pelo governo federal para gerir hospitais públicos. Segundo a universidade, a Justiça argumentou que o local do encontro (prédio dos Correios na rua João Negrão) não foi comunicado com 48 horas de antecedência e, portanto, a sessão foi considerada ilegal.

O reitor Zaki Akel explica que manteve o endereço sem divulgação para “proteger os conselheiros”, ou manifestantes contrários à adesão que poderiam, a exemplo do que fizeram na reunião da última quinta-feira, impedir a entrada de alguns deles, resultando em confusão em que foi necessário, naquele dia, até intervenção policial. “Fizemos o comunicado apenas com data e horário e a Justiça mandou suspender a sessão quando estávamos com quórum de 46 conselheiros. Íamos votar hoje, estava bem encaminhado, mas infelizmente não pudemos avançar”, disse.

Com o novo cancelamento, a universidade decidiu não convocar nova reunião nos próximos dias. “Vamos



Manifestantes cercaram prédio dos Correios na João Negrão, local da reunião. | RODRIGO FÉLIX LEAL/METRO CURITIBA

“Vamos reavaliar, dar mais tempo para os conselheiros avaliarem (a adesão).”

ZAKI AKEL SOBRINHO, REITOR DA UFPR

reavaliar, dar mais tempo para os conselheiros avaliarem. A universidade fez o possível e o impossível para deliberar sobre a matéria. Foram reuniões tensas, tivemos que pedir reforço policial, mas infelizmente o argumento da força venceu a força dos argumentos”, lamentou Zaki.

O problema é que, agora, volta a aumentar o risco de

demissão dos 916 servidores contratados pela Funpar e que trabalham no HC – a Justiça derrubou o prazo de 19 de junho para a UFPR se manifestar sobre a Ebserh, mas retomou a ação civil anterior que determina a substituição desses trabalhadores por profissionais que devem ser contratados por concurso. O problema é que o governo federal não autoriza a abertura de processo seletivo e o HC fica de mãos atadas em relação à contratação.



CAMILA CASTRO
METRO CURITIBA

Houve novos protestos

Manifestantes fizeram ato em frente ao prédio dos Correios na João Negrão contra a adesão. Eles fecharam a rua, assim como a Conselheiro Laurindo. Depois, foram para o Centro Cívico e bloquearam a Barão do Serro Azul, Comendador Fontana e a Cândido de Abreu, segundo informou a prefeitura. Procurados pelo Metro Jornal, os diretores do Sinditest (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Terceiro Grau Público) não atenderam às ligações. ✪ METRO CURITIBA

10 JUN 2014

METRO

Lei das cotas em concursos entra em vigor

A partir de hoje, os concursos públicos do Poder Executivo reservarão 20% das vagas para candidatos negros ou pardos. A lei de cotas foi sancionada ontem e terá validade pelos próximos 10 anos.

“Esperamos que essa lei sirva de exemplo para a adoção de medidas similares nos demais poderes e entes federados e nas demais empresas e organizações privadas”, afirmou a presidente Dilma Rousseff, durante cerimônia no Palácio do Planalto.

A proposta chegou ao Congresso em novembro do ano passado e foi aprovada em tempo recorde. Dilma comparou a nova política de ação afirmativa com a lei de co-

tas nas universidades, em vigor desde 2012. “As duas leis expressam escolhas políticas inequívocas de um governo determinado a defender a igualdade racial como um valor maior de nossa sociedade”, afirmou. ● METRO BRASÍLIA

“As duas leis expressam escolhas políticas inequívocas de um governo determinado a defender a igualdade racial como um valor maior de nossa sociedade.”

DILMA ROUSSEFF

Lei das cotas

Veja os principais pontos trazidos pela lei, originada em projeto do Executivo enviado por Dilma Rousseff em novembro do ano passado. A lei foi aprovada no dia 20 de maio pelo Senado e terá validade pelos próximos 10 anos:

● **Reserva de vagas.**
Pelo menos 20% das vagas em concursos públicos do Poder Executivo deverão ser destinadas a negros ou pardos.

● **Seleção.**
O candidato deve declarar a cor ou raça no ato de inscrição, segundo critério do IBGE.

● **Seleção.**
A falsa declaração da raça ou cor pelo candidato poderá gerar a sua eliminação e até a anulação do processo seletivo.

● **Prazo.**
As cotas nos concursos públicos têm vigência de 10 anos.

10 JUN 2014

TRIBUNA DO PARANÁ MUDANÇA BARRADA

Justiça suspende reunião que poderia entregar a gestão do HC a empresa do governo federal

Carolina Gabardo Belo
carolinab@tribunadoparana.com.br

A terceira tentativa de reunião do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR), para discutir a proposta de gestão compartilhada do Hospital de Clínicas do Paraná e da Maternidade Victor Ferreira do Amaral pela Empresa Brasileira de Recursos Hospitalares (Ebserh), não teve sucesso na tarde de ontem. Desta vez, uma liminar expedida pela Justiça Federal cancelou a sessão que ainda não tem uma nova data para acontecer.

A decisão judicial determinou o cancelamento da reunião por considerar irregular a divulgação do evento, que deveria ter sido

realizada com pelo menos 48 horas de antecedência. Outras duas tentativas já haviam fracassado na quarta-feira da semana passada por pressão da Frente de Luta Contra a Ebserh, que também fez manifestações ontem.

No início da tarde, cerca de 200 manifestantes aguardavam a sessão na Reitoria da UFPR, mas poucos minutos antes do início da reunião, marcado para 14h, foram informados que o encontro aconteceria na sede estadual dos Correios. Eles se deslocaram para o local em quatro ônibus e fizeram piquete para impedir a entrada dos conselheiros por todas as entradas do prédio. As ruas João Negrão e Conselheiro Laurindo foram fechadas.

Perto das 15h o encontro ainda não tinha o número de conselheiros suficiente para a votação, mas nove membros do conselho entraram no prédio à força, escoltados pela Polícia Militar. Houve empurra-empurra e a manifestação continuou até a chegada do oficial de Justiça com a liminar que cancelou a reunião. De acordo com a presidente do Sindicato dos Trabalha-

dores em Educação do Terceiro Grau Público de Curitiba (Sinditest), Carla Cobalchini, o reitor da UFPR, Zaki Akel Sobrinho, relutou a aceitar o documento.

“Continuamos o movimento em duas frentes: conta Ebserh e pela manutenção dos empregos na Funpar-HC. É uma Ação civil pública que segue na Justiça do Trabalho, vamos procurar o juiz responsável pela ação, que diante da manifestação tão forte da comunidade universitária, que rejeita a Ebserh, que se procure uma solução pela manutenção dos empregos, que não passe pela privatização do hospital”, avaliou Carla.

Ela ainda afirmou que o prazo até o dia 19 de junho para a universidade se manifestar sobre o assunto não está mais em vigência desde a última sexta-feira e não há necessidade de uma votação às pressas, o que deve acontecer junto com a comunidade. No início da noite de ontem, a UFPR informou que uma nova data para a sessão ainda será definida em breve.